

ANDRE LUIS
MONTEIRO

FABIANE
VERÇOSA

GERALDO
FONSECA

Coordenação

Arbitragem, Mediação, Falência e Recuperação

Resolução de Disputas na Empresa em Crise

Prefácio de

MIN. NANCY ANDRIGHI

Apresentação de

JOSE EMILIO NUNES PINTO

Adriana Valéria Pugliesi
Ana Carolina Reis do Valle Monteiro
Ana Lívia Carvalho Silva
Ana Luiza Nery
Andre Luis Monteiro
Antonio Deccache
Armando Perna
Brian Ip
Caio Novaes Tabet
Camila Pereira Linhares
Camila Venturini Tebaldi
Carmen Tiburcio
Clarissa Somesom Tauk
Debora Visconte
Diogo Ciuffo Carneiro
Eduardo Ono Terashima
Eduardo Peixoto Gomes
Eliane Cristina Carvalho
Eliseo M. Martínez
Fabiane Verçosa
Felipe Moraes

Fernando Pompeu Luccas
Francisco Satiro
Frederico Singarajah
Gabriel José de Orleans e Bragança
Gabriel Seijo Leal de Figueiredo
Giovanna Vieira Portugal Macedo
Guilherme Gaspari Coelho
Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa
Henrique de Oliveira Lima Braga
Isabela Lacreta
Ivo Waisberg
Jéssica Malucelli Barbosa
João Gabriel Volasco Rodrigues
Johnatan D'Alcântara
Juliana Biolchi
Lucas V. M. Bento
Luis Fernando Guerrero
Luis Guilherme Aidar Bondioli
Luis Tomás Alves de Andrade
Marcelo Barbosa Sacramone

Marcelo Lamego Carpenter
Márcio Souza Guimarães
Marcos Flávio Lago Lopes
Maria Fabiana Seoane Dominguez Sant'Ana
Mario O. Gazzola
Michael Arada Greenop
Nelson Nery Junior
Paulo Dias de Moura Ribeiro
Paulo Magalhães Nasser
Pedro Renato de Souza Mota
Rafael Villar Gagliardi
Rafaella Farias Pereira
Renata Martins de Oliveira Amado
Renato Stephan Grion
Ronaldo Vasconcelos
Sabrina Maria Fadel Becue
Sara Tainá Soliani
Stéphanie Oneyser
Thais D'Angelo da Silva Hanesaka
Tomás Villatoro González

2ª tiragem

De acordo com as alterações da
Lei de Recuperação e Falência
Textos de autores nacionais
e estrangeiros

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraidi

Estagária: Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Tnyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavaicanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagárias: Beatriz Corrêa, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezzi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arbitragem, mediação, falência e recuperação : resolução de disputas na empresa em crise / Andre Luis Monteiro, Fabiane Verçosa e Geraldo Fonseca. coordenação. -- 1. ed. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-250-6

1. Arbitragem (Direito) - Brasil 2. Empresas - Recuperação - Leis e legislação - Brasil 3. Falências - Leis e legislação - Brasil 4. Mediação - Brasil 5. Recuperação judicial (Direito) - Leis e legislação 6. Resolução (Direito) I. Monteiro, Andre Luis. II. Verçosa, Fabiane. III. Fonseca, Geraldo.

22-104763

CDU-347.918:81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Arbitragem : Direito processual civil 347.918(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	9

MEDIAÇÃO NA INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL

1. MEDIAÇÃO ANTECEDENTE NOS PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA.....	31
PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO e CLARISSA SOMESOM TAUKE	
1. Introdução.....	31
2. Panorama Histórico.....	32
3. A Mediação Antecedente no Contexto da Lei 11.101/2005	36
4. Conclusão	39
5. Bibliografia	39
2. MEDIAÇÃO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA	41
GIOVANNA VIEIRA PORTUGAL MACEDO e JÉSSICA MALUCELLI BARBOSA	
1. Introdução.....	41
2. Recuperação Judicial e Falência	42
3. Alterações na Lei 11.101/2005 e Resoluções do CNJ quanto ao incentivo à Mediação	44
4. Os Princípios Norteadores da Mediação e sua Correlação com os Processos de Insolvência	47
5. Casos Práticos de Mediação antes e depois da Lei 14.112/2005	50
6. Conclusão	53
7. Referências bibliográficas	54
3. O PAPEL DA MEDIAÇÃO EM PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL.....	55
ANA LÍVIA CARVALHO SILVA	
1. Introdução.....	55
2. Conceito de Mediação e Processos de Recuperação Judicial	56
3. A Mediação na nova Lei 14.112/2020	57
4. Casos Práticos	60

5. Conclusão	62
6. Referências bibliográficas	62

ARBITRAGEM E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

4. A ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL: PARA UMA CONTRIBUIÇÃO EM TORNO DA COEXISTÊNCIA ENTRE SISTEMAS	67
CAMILA VENTURINI TEBALDI e JULIANA BIOLCHI	
1. Introdução	67
2. A Renegociação de Dívidas por meio da Recuperação Extrajudicial: anotações em torno de suas especificidades	68
3. A Arbitragem como Método de Resolução de Disputas e de Superação da Crise Empresarial	75
4. Conclusão	84
5. Referências	85
5. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E ARBITRAGEM: CAMINHOS DO CONCURSO, DO CONSENSO E DA MAIORIA	87
LUIZ FERNANDO GUERRERO e GABRIEL JOSÉ DE ORLEANS E BRAGANÇA	
1. Introdução e Objetivo	87
2. Arbitrabilidade objetiva: a recuperação extrajudicial como renegociação parcial de efeitos amplos	89
3. Uma questão de arbitrabilidade subjetiva: renegociação parcial e vinculação de credores? Regra da maioria ou vinculação especial e renúncia de jurisdição. O papel do Judiciário	91
4. Conclusão	99
5. Referências	99
5.1. Doutrina	99
5.2. Legislação	100
5.3. Jurisprudência	100

ARBITRABILIDADE (SUBJETIVA E OBJETIVA) NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

6. ARBITRABILIDADE SUBJETIVA, CAPACIDADE DA PARTE, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA	103
MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES	
1. Introdução	103

2.	Arbitrabilidade Subjetiva e Capacidade das Partes	104
3.	Antes do processo de insolvência	107
4.	Durante o processo de insolvência	115
5.	Conclusão	117
7.	OS LIMITES OBJETIVOS DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	119
	MARCELO BARBOSA SACRAMONE e HENRIQUE DE OLIVEIRA LIMA BRAGA	
	Introdução	119
1.	As peculiaridades do procedimento da recuperação judicial e sua compatibilidade com a arbitragem	120
2.	A inclusão do § 9º no art. 6º da Lei 11.101/2005: a disciplina da arbitragem na recuperação judicial.....	123
3.	Limites da atuação e competência do árbitro	124
3.1.	Natureza do crédito e quadro geral de credores	124
3.2.	Compensação de créditos	127
3.3.	Transações jurídicas	129
	Conclusão.....	130
8.	THE ‘PRO-ARBITRATION’ APPROACH TO THE ARBITRABILITY OF INSOLVENCY DISPUTES: A CASE OF VIRTUE SIGNALLING?.....	131
	MICHAEL ARADA GREENOP e BRIAN IP	
1.	Introduction.....	131
2.	Arbitrability in the Insolvency Context.....	133
3.	Source of the cause of action.....	137
4.	Post-insolvency entitlements	141
5.	Third Party Interests.....	142
6.	Access to the courts	144
7.	Transparency.....	146
8.	Relief that only a court could order	148
9.	Conclusion.....	150

ARBITRAGEM E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

9.	EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM ARBITRAGENS EM CURSO.....	155
	ELIANE CRISTINA CARVALHO e RENATA MARTINS DE OLIVEIRA AMADO	
1.	Introdução – Incremento de demandas nos últimos anos em decorrência da crise econômica e da Pandemia da Covid-19.....	155

2.	Créditos sujeitos à recuperação judicial – Impacto nos procedimentos arbitrais	158
2.A.	<i>Stay period</i>	158
2.B.	Informações sobre demandas ilíquidas	160
2.C.	Conceito de crédito existente. Repetitivo do Superior Tribunal de Justiça – “STJ”	160
2.D.	Precedente contrário ao repetitivo	166
3.	Conflito de Competência entre Juízo da Recuperação e Juízo Arbitral	168
4.	Confidencialidade da Arbitragem vs. Transparência inerente às Recuperações Judiciais	171
5.	Compensação – Discussão sobre a possibilidade de uso na Recuperação Judicial e Competência para o reconhecimento desse meio extintivo de obrigação	174
6.	Conclusão	176
	Referências	176
10.	ARBITRAGENS EM CURSO E OS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL... GUILHERME GASPARI COELHO e LUIS GUILHERME AIDAR BONDIOLI	179
1.	Introdução	179
2.	Os efeitos processuais do deferimento do processamento da recuperação judicial	180
3.	A questão da sujeição do crédito e a polêmica do fato gerador	182
4.	Outros potenciais efeitos da recuperação judicial nas arbitragens em curso	185
5.	Conclusões	186
6.	Referências	187
11.	ARBITRAGEM E PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... FELIPE MORAES	189
I.	Introdução	189
II.	Arbitragem e Recuperação Judicial	190
III.	Plano de Recuperação Judicial	192
IV.	Arbitragem e Plano de Recuperação Judicial	194
IV.1.	Análise sobre a inclusão da cláusula compromissória no plano de recuperação judicial como forma de resolução de disputas	194
IV.2.	Arbitrabilidade objetiva das matérias sujeitas ao Plano de Recuperação e regras sobre competência	197
IV.3.	Sigilo e Publicidade do Procedimento Arbitral	199

IV.4. Competência do tribunal arbitral e do juízo da insolvência em relação às alterações societárias previstas no plano de recuperação judicial	201
V. Considerações Finais.....	204
VI. Bibliografia.....	204
12. CELEBRAÇÃO DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA APÓS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	209
HAROLDO MALHEIROS DUCLERC VERÇOSA	
Introdução	209
1. Fundamento ideológico e objetivos da recuperação judicial, seu processo e sua compatibilização com a arbitragem	210
2. Exemplos de conflitos possíveis no plano da recuperação judicial	215
3. Natureza contratual da Recuperação Judicial. Direitos patrimoniais disponíveis em geral e na RJ	215
4. A natureza jurídica da recuperação judicial.....	218
5. A confidencialidade da arbitragem <i>versus</i> a publicidade da recuperação judicial	219
Conclusões	224
Referências bibliográficas.....	224

ARBITRAGEM E FALÊNCIA

13. EFEITOS DA FALÊNCIA SOBRE AS ARBITRAGENS EM CURSO	229
GABRIEL SEIJO LEAL DE FIGUEIREDO, MARCOS FLÁVIO LAGO LOPES e JOHNATAN D'ALCÂNTARA	
1. Introdução.....	229
2. Substituição pela massa falida e atuação do falido	230
3. Preservação da eficácia da convenção arbitral	230
4. Manutenção das arbitragens em curso.....	234
5. Inaplicabilidade da força atrativa do juízo falimentar	236
6. Garantia às custas	236
7. Insolvência transnacional.....	237
8. Precedentes	238
9. Conclusão	240
10. Referências	241
10.1. Doutrina.....	241
10.2. Jurisprudência.....	242

14. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA PREEXISTENTE E FALÊNCIA	243
ANTONIO DECCACHE	
1. Introdução.....	243
2. Os efeitos da falência sobre a pessoa e os bens do falido e a convenção de arbitragem preexistente.....	245
2.1. A falência não afeta a capacidade do falido	246
2.2. A falência não afeta a disponibilidade dos bens do falido	253
3. Os efeitos da falência sobre os contratos do falido e a convenção de arbitragem preexistente	256
3.1. A autonomia da convenção de arbitragem e a regra do art. 117 da LRF	256
3.2. A natureza da convenção de arbitragem e a regra do art. 117 da LRF.....	258
3.3. Os efeitos da convenção de arbitragem e a regra do art. 117 da LRF....	261
4. A massa falida não se sub-roga na cláusula compromissória preexistente	264
5. Conclusão	268
6. Referências	269
6.1. Doutrina.....	269
6.2. Legislação.....	271
6.3. Jurisprudência.....	271
15. ARBITRAGEM E O JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA	273
MARCELO LAMEGO CARPENTER e LUIS TOMÁS ALVES DE ANDRADE	
1. A Decretação da Falência e o Juízo Universal.....	273
2. Arbitragem: Autonomia da Vontade e Abdicação ao Juízo Estatal.....	275
3. Juízo Universal da Falência e Arbitragem	276
3.1. Procedimento arbitral instaurado anteriormente à decretação da falência	277
3.2. Convenção arbitral firmada em momento anterior e arbitragem instaurada em momento posterior à decretação da falência	278
3.3. Convenção arbitral firmada após a decretação da falência	282
3.4. Cláusula compromissória e requerimento de falência	284
16. ARBITRAGEM, FALÊNCIA E IMPECUNIOSIDADE: COMO EQUACIONAR A FORÇA OBRIGATÓRIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM E O ACESSO DA PARTE IMPECUNIOSA À JUSTIÇA?	287
IVO WAISBERG e SARA TAINÁ SOLIANI	
1. Introdução.....	287

2.	Efeitos da Impecuniosidade sobre a Convenção de Arbitragem.....	290
3.	A Impecuniosidade e o Acesso à Justiça.....	295
4.	Possíveis Soluções ao Embate entre a Impecuniosidade e o Acesso à Justiça no Ambiente Falimentar.....	296
5.	Conclusão	302
6.	Referências.....	304
17.	O EXERCÍCIO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA MASSA FALIDA PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL, INCLUSIVE NA ARBITRAGEM.....	307
	FERNANDO POMPEU LUCCAS	
1.	Introdução.....	307
2.	Da representação judicial e extrajudicial da Massa Falida, transferida ao Administrador Judicial com o advento da Falência	308
3.	Da nova redação trazida pela Lei 14.112/2020, enfatizando a representação do aj também nos procedimentos arbitrais	312
4.	Conclusão	317
5.	Bibliografia.....	318
EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO ENTRE TRIBUNAIS ARBITRAIS E O JUÍZO DA INSOLVÊNCIA		
18.	PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA	323
	ADRIANA VALÉRIA PUGLIESI	
1.	Introdução.....	323
1.1.	Lógica publicística do Direito da Insolvência	323
1.2.	Viés privatístico predominante da Arbitragem.....	327
1.2.1.	Arbitragem e princípio da competência-competência	329
2.	A competência do juízo falimentar e da recuperação judicial para decidir sobre toda e qualquer disputa que verse sobre direito patrimonial da devedora.....	330
3.	Compatibilização da Arbitragem ao Direito da Insolvência	332
4.	Conclusão	335
5.	Referências.....	335
19.	AINDA ENTRE A EMENDA E O SONETO: A SAGA DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENVOLVENDO TRIBUNAIS ARBITRAIS E JUÍZOS ESTATAIS	337
	RAFAEL VILLAR GAGLIARDI, CAIO NOVAES TABET e EDUARDO ONO TERASHIMA	
	Introdução	338

1.	Breve histórico da construção da posição do STJ em matéria de conflito de competência entre órgão judicial e tribunal arbitral.....	343
2.	Apontamentos reflexivos sobre a então posição do STJ	345
3.	O conflito de competência nº 164.118/DF (caso Bonasa v Minerva)	351
a.	A decisão liminar	352
b.	A decisão monocrática e o acórdão do agravo interno.....	355
4.	Recentes decisões do STJ: para onde vamos?	363
	Conclusões	369
	Referências bibliográficas.....	369

20.	NOTAS SOBRE A CONFIGURAÇÃO DA NULIDADE DE SENTENÇA ARBITRAL POR VIOLAÇÃO AO DEVER DE REVELAÇÃO DO ÁRBITRO EM CONFLITOS FALIMENTARES.....	371
-----	--	-----

ANA LUIZA NERY e NELSON NERY JUNIOR

1.	Introdução.....	371
2.	Imparcialidade do árbitro	372
3.	Nulidade de sentença arbitral por parcialidade: impedimento.....	373
4.	Nulidade de sentença arbitral por parcialidade: suspeição	376
5.	O dever de revelação: matriz de responsabilidade das partes e do árbitro	377
6.	Dúvida justificável que enseja o dever de revelação	384
7.	Anulação de sentença arbitral com fundamento na LArb 32 II e nulidade de algibeira	385
8.	O dever de revelação no direito falimentar	389
9.	Conclusão	391
10.	Bibliografia	392

DEVER DE REVELAÇÃO DO ÁRBITRO EM ARBITRAGENS ENVOLVENDO PARTES EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU FALÊNCIA

21.	DEVER DE REVELAÇÃO DO ÁRBITRO EM ARBITRAGENS ENVOLVENDO PARTES EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU FALÊNCIA	397
-----	--	-----

CAMILA PEREIRA LINHARES

1.	Introdução.....	397
2.	Relação ética, moral e profissional do árbitro	398
3.	Os árbitros e o dever de revelação	401
3.1.	O alcance do dever de revelação do árbitro em recuperação judicial e falência.....	404

4.	Considerações finais.....	404
5.	Referências.....	405
22.	O DEVER DE REVELAÇÃO DOS ÁRBITROS EM ARBITRAGENS ENVOLVENDO EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	407
	DIOGO CIUFFO CARNEIRO	
1.	Introdução.....	407
2.	Limites à escolha do árbitro.....	408
3.	O dever de revelação na arbitragem.....	411
4.	Consequências da violação ao dever de revelar.....	414
5.	O dever de revelação envolvendo empresas em recuperação judicial.....	418
6.	Fontes.....	421
	Bibliografia.....	421
	Julgados.....	422
THIRD-PARTY FUNDING PARA EMPRESAS EM CRISE		
23.	ARBITRAGEM, INSOLVÊNCIA E <i>THIRD-PARTY FUNDING</i> : QUAL O LUGAR DO FINANCIADOR?.....	425
	RONALDO VASCONCELOS e THAIS D'ANGELO DA SILVA HANESAKA	
1.	Introdução.....	425
2.	Arbitragem como instrumento de recuperação financeira.....	426
3.	<i>Third Party Funding</i> e o <i>DIP Financing</i>	430
4.	Premissas e inovações da Lei nº 14.112/20 e a posição do financiador no processo concursal.....	433
4.1.	O <i>DIP Financing</i> como ferramenta de incentivo ao financiamento durante a recuperação judicial.....	437
5.	O <i>Third Party Funding</i> no procedimento falimentar como medida de efetividade da falência.....	442
6.	Conclusão.....	445
7.	Referências.....	446
7.1.	Doutrina.....	446
7.2.	Legislação.....	446
7.3.	Jurisprudência.....	447
24.	O FINANCIAMENTO DE LITÍGIOS POR TERCEIROS COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA: <i>LEVELLING THE PLAYING FIELD</i>	449
	PEDRO RENATO DE SOUZA MOTA e JOÃO GABRIEL VOLASCO RODRIGUES	
1.	Introdução.....	450

2.	Conceito de <i>Third-Party Funding</i>	451
3.	Histórico e primeiros indícios do <i>Third-Party Funding</i>	452
4.	Precedentes relevantes e suas implicações no <i>Third-Party Funding</i>	457
5.	<i>Third-Party Funding</i> e os conflitos de interesses dos árbitros	459
6.	Aplicabilidade do <i>Third-Party Funding</i> em falência e recuperação judicial.....	461
7.	Conclusão	462

25. O USO DO *THIRD-PARTY FUNDING* PARA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARTICIPAREM DE ARBITRAGENS

MARIA FABIANA SEOANE DOMINGUEZ SANT'ANA

1.	Introdução.....	463
2.	A arbitragem e a recuperação judicial	465
3.	A figura do <i>Third-Party Funding</i>	469
4.	Pode uma empresa em recuperação judicial se valer livremente do <i>Third-Party Funding</i> em arbitragem de que faça parte?.....	471
5.	Conclusões.....	474
6.	Referências	475

ARBITRAGEM E INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL

26. FALÊNCIA INTERNACIONAL: LEI APLICÁVEL E JUÍZO COMPETENTE.....

CARMEN TIBURCIO

I.	Introdução.....	479
II.	Teoria da universalidade e teoria da territorialidade	480
III.	Natureza jurídica do processo falimentar	483
IV.	Tratamento normativo da matéria no plano internacional.....	485
V.	Tratamento da matéria no direito brasileiro.....	490
VI.	Procedimento de falência e arbitragem.....	493
	Conclusão	496
	Referências.....	496
	Doutrina.....	496
	Legislação.....	496
	Jurisprudência.....	497

27. O DIREITO APLICÁVEL AOS EFEITOS DA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL EM ARBITRAGEM

DEBORA VISCONTE e ISABELA LACRETA

1.	Breves linhas introdutórias à respeito do sistema transnacional da arbitragem.....	500
----	--	-----

2.	Problemáticas próprias da insolvência transnacional	504
3.	Métodos de determinação do direito aplicável aos efeitos da insolvência transnacional.....	506
3.1.	As soluções encontradas no direito nacional do local do processo de insolvência (<i>lex fori</i>)	507
3.2.	As soluções encontradas no Direito Nacional da sede da arbitragem (<i>lex arbitri</i>)	509
3.3.	As soluções encontradas no Direito Transnacional.....	511
	Conclusão	513
28.	INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL, ARBITRAGEM E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DA LEI-MODELO DA UNCITRAL PELO BRASIL.....	515
	FABIANE VERÇOSA	
1.	Introdução.....	515
2.	A Lei-Modelo da UNCITRAL e sua incorporação pelo Brasil: aspectos gerais.....	516
3.	A aplicabilidade das disposições do Capítulo VI-A.....	519
4.	Regras sobre jurisdição internacional e prevenção	520
5.	A dispensa de carta rogatória para a intimação de credores que não sejam domiciliados no Brasil	521
6.	O reconhecimento de processos estrangeiros	522
6.1.	ProSafe: o primeiro caso de reconhecimento de processo estrangeiro no Brasil.....	525
7.	A Resolução nº 394 do CNJ	526
8.	Arbitragem	529
9.	Conclusão	529
29.	ARBITRAGEM E INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL: EFEITOS DA INSOLVÊNCIA DECRETADA NO EXTERIOR SOBRE ARBITRAGENS COM SEDE NO BRASIL	531
	ANA CAROLINA REIS DO VALLE MONTEIRO	
1.	Introdução.....	531
2.	Da insolvência transnacional.....	533
3.	Do reconhecimento do processo estrangeiro	537
4.	Arbitragem e insolvência transnacional.....	540
5.	Dos efeitos nos contratos com cláusula compromissória	543
6.	Dos efeitos do procedimento de insolvência transnacional nas arbitragens em curso.....	544

7. Dos efeitos na execução das sentenças arbitrais.....	547
8. Dos bens discutidos em arbitragens e sua inclusão na massa falida	549
9. Conclusões.....	549
Referências.....	550

30. ARBITRAGEM INTERNACIONAL E INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL: EFEITOS DA INSOLVÊNCIA DECRETADA NO BRASIL SOBRE ARBITRAGENS COM SEDE NO EXTERIOR	553
---	-----

FRANCISCO SATIRO e SABRINA MARIA FADEL BECUE

1. Dois caminhos que se cruzam: Arbitragem Internacional e Insolvência Transnacional.....	553
2. Breve descrição do caso OGX vs. Nordic.....	557
2.1. Efeitos da abertura de procedimento de insolvência no Brasil e o prosseguimento de arbitragens com sede no exterior	559
3. Conclusão	564
4. Referências	565

A VISÃO ESTRANGEIRA SOBRE ARBITRAGEM E INSOLVÊNCIA

31. ARBITRAGEM E FALÊNCIA PELA PERSPECTIVA DO DIREITO INGLÊS	571
---	-----

FREDERICO SINGARAJAH

1. Introdução.....	571
2. Arbitragem Inglesa	572
3. Falência e reestruturação Inglesa	574
4. Jurisprudência.....	577
a. Fulham Football Club vs. Richards.....	577
b. Salford Estates vs. Altomart	578
c. Philpott vs. Lycee Francais.....	579
d. Nori Holding vs. Bank Otkritie	579
e. Bridgehouse vs. BAE Systems	580
f. Riverrock Securities vs. Bank of St Petersburg	581
5. Análise	583
6. Conclusão	585
7. Bibliografia.....	586
Legislação.....	586
Jurisprudência.....	586

32. ARBITRATION AND INSOLVENCY IN ENGLAND AND WALES	589
RAFAELLA FARIAS PEREIRA e MICHAEL ARADA GREENOP	
1. Introduction	589
2. Insolvency in England and Wales	591
3. Legal framework of arbitration	593
4. Construction of arbitration agreements	594
5. Arbitrability of insolvency-related disputes	596
6. Interactions between insolvency proceedings and arbitration	601
a. Insolvency proceedings brought in breach of an arbitration agreement	602
b. Effect of insolvency proceedings on arbitration agreements	602
c. Effect of insolvency proceedings on arbitration proceedings	602
d. Lifting the moratorium	605
7. Conclusion	607
33. ARBITRATION AND INSOLVENCY IN ITALY	609
ARMANDO PERNA	
1. Introduction	609
2. Arbitration and Insolvency	610
3. Arbitration and Restructuring	615
4. Conclusions	616
5. Bibliography	616
34. ARBITRAGEM E INSOLVÊNCIA EM PORTUGAL: OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA SOBRE AS CONVENÇÕES ARBITRAIS E SOBRE AS AÇÕES ARBITRAIS PENDENTES	617
EDUARDO PEIXOTO GOMES	
1. Introdução	617
2. A evolução do regime da insolvência em Portugal (breve exposição)	618
3. A gênese do artigo 87.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas	623
4. Os efeitos da declaração de insolvência sobre as convenções arbitrais	628
5. Os efeitos da declaração de insolvência sobre ações arbitrais pendentes	631
6. Conclusões	633
7. Referências	635
7.1. Doutrina	635
7.1. Legislação	636
7.2. Jurisprudência	636

35. EFECTOS DE LA INSOLVENCIA SOBRE EL CONVENIO ARBITRAL EN ESPAÑA	637
ELISEO M. MARTÍNEZ, TOMÁS VILLATORO GONZÁLEZ e PAULO MAGALHÃES NASSER	
1. Introducción	638
2. Norma de conflicto y selección de ley aplicable	639
3. Efectos de la insolvencia sobre el arbitraje en curso desde la perspectiva de la Ley Concursal española	642
4. Efectos de la insolvencia sobre el arbitraje no iniciado desde la perspectiva de la Ley Concursal española	643
5. Conclusión	652
6. Referencias	653
6.1. Doctrina	653
6.2. Legislación	653
6.3. Jurisprudencia	654
36. ARBITRATION AND INSOLVENCY IN SWITZERLAND	655
STÉPHANIE ONEYSER	
1. Introduction	655
2. Bankruptcy proceedings under Swiss law	656
2.1. Overview over bankruptcy proceedings in Switzerland	656
2.2. Main effects of bankruptcy	657
2.3. The effects of bankruptcy on pending state court proceedings	658
3. Composition proceedings under Swiss law	660
3.1. Overview of composition proceedings in Switzerland	660
3.2. Main effects of composition proceedings	661
3.3. The effects of composition proceedings on pending state court proceedings	662
4. The effects of insolvency and insolvency proceedings on pending international arbitration proceedings with an arbitral tribunal seated in Switzerland	662
4.1. Capacity of the insolvent party in arbitration	662
4.2. Arbitration clause	663
4.3. Stay of arbitration proceedings?	664
5. The effects of an international arbitral award in pending insolvency proceedings in Switzerland	665
6. The arbitrability of insolvency-related disputes in particular	667
7. Conclusions	668
8. References	669

8.1. Doctrine	669
8.2. Legislation.....	669
8.3. Jurisprudence.....	670
37. ARBITRATION AND INSOLVENCY IN THE U.S.	671
LUCAS V. M. BENTO e MARIO O. GAZZOLA	
i) Introduction.....	671
ii) The Statutory Regimes Governing Arbitration And Insolvency.....	672
a) The Federal Arbitration Act.....	673
b) The U.S. Bankruptcy Code	675
c) Construing The Federal Arbitration Act And The Bankruptcy Code Together	677
iii) Navigating The Automatic Stay Under the U.S. Bankruptcy Code.....	678
a) Application of the Automatic Stay	678
b) Filing A Claim And Seeking Relief From The Stay	680
c) Arbitral Awards Given In Contravention Of The Automatic Stay ...	683
d) Terminating The Automatic Stay	684
iv) Bankruptcy Petitions' Other Possible Effects On Arbitration Proceedings....	685
v) Insolvency and Enforcement of Arbitral Awards	687
vi) The U.S. Bankruptcy Code's Recognition of Non-US Bankruptcy Proceedings.....	687
vii) Conclusion.....	689

ANEXO: IBA TOOLKIT ON INSOLVENCY AND ARBITRATION

38. IBA TOOLKIT ON INSOLVENCY AND ARBITRATION: NATIONAL REPORT OF BRAZIL	693
RENATO STEPHAN GRION e ANDRE LUIS MONTEIRO	